

ANÁLISE RETÓRICO-DISCURSIVA DO ARTIGO DE OPINIÃO: O *ETHOS* E OS EFEITOS DE SENTIDO CONSTRUÍDOS NA ARGUMENTAÇÃO¹

Ricardo Jorge de Sousa CAVALCANTI²

Mestre em Educação e Linguagem/UFAL

Doutor em Letras e Linguística/UFAL

Docente do IFAL/Campus Satuba

RESUMO

O artigo tem como objetivo proporcionar uma incursão, mesmo de forma sucinta, nos estudos da Análise do Discurso, doravante AD, de linha francesa, a partir dos estudos propostos por Pêcheux. Para o estabelecimento desta discussão, ancoramo-nos em alguns autores que dialogam diretamente com essa perspectiva teórico-analítica de estudos linguístico-discursivos, a exemplo de Orlandi (1999), Florêncio *et al* (2009), Mussalim (2011), dentre outros. Ao tratarmos sobre o *Ethos* como categoria passível de análise, oriunda da Nova Retórica, e presente em textos opinativos, apoiamo-nos em Reboul (1998) e Perelman e Tyteca (2005), além de autores que veem a presença da trilogia aristotélica (*Ethos*, *Pathos* e *Logos*) em textos de variadas formações discursivas, a exemplo da análise realizada por Lameiras (2008). Não obstante, para o nosso *gesto de interpretação*, cuja materialidade se dá por meio de um exemplar do gênero *artigo de opinião*, consideramos, bem como, a teoria de gêneros discursivos, advinda de Bakhtin (2003). O artigo de opinião, nesse sentido, é considerado como uma materialidade linguístico-discursiva de grande teor enunciativo, visto que nele os conflitos se instalam para defesa de um ponto de vista, além da projeção do *Ethos*.

Palavras-chave: Análise retórico-discursiva. *Ethos*. Ensino de Língua Materna.

Apresentação

Reconhece-se que os estudos sobre linguagem estão datados há mais de 2.500 anos na Grécia Antiga. No entanto, a formalização de tais estudos, numa perspectiva mais recente, é realizada por Ferdinand de Saussure, considerado o pai do estruturalismo moderno, a partir do surgimento da teoria saussuriana, datada oficialmente, de forma póstuma ao seu mentor, em meados da segunda década do século XX, em 1916. Foi somente a partir do século XX, com a publicação da obra *Curso de Linguística Geral* (CLG), de Saussure, que a Linguística assume o seu *status* de ciência. O legado da Linguística como ciência se deu por conta de Saussure entender, a partir das fontes em que bebeu, a exemplo de F. von Schlegel, Jacob Grimm e

¹ Há de salientar que a escolha pela discussão em tela se deu pelo fato de contemplar, em certa medida, os estudos que apresento em minha pesquisa de doutorado, principalmente no que tange à questão da argumentação, como propriedade linguístico-discursiva, e a análise do *Ethos* nos discursos presentes em textos opinativos, em especial, o artigo de opinião.

² Endereço eletrônico: richardcavalcanti@hotmail.com

Humboldt, que tais estudos tinham de ter um objeto definido; nesse caso, o *sistema* (cf. NORMAND, 2012, p. 9).

Desde esse momento, a Linguística Moderna, como assim foi instituída, tem uma definição quanto ao seu objeto de estudo – o sistema (a forma). Há de se salientar que, ao longo do CLG, não é evidenciado o termo *estrutura*, e sim, *sistema*. Desse modo, vêm à luz as dicotomias saussurianas que privilegiam a língua (*langue*) em razão de ela estar inscrita no social; entretanto, isenta de fatores externos, já que é convencionalizada pela comunidade que dela faz uso sem que nela possa intervir. No caso da fala (*parole*), o autor trava a diferença para o estabelecimento do seu objeto de estudo; argumenta que a fala é o lugar do individual, cujos aspectos externos impossibilitam um estudo sistemático do código linguístico – nesse caso, da *langue*. Saussure trata de forma asséptica a base para os seus estudos, visto que, como ele trata no próprio CLG, “o ponto de vista é que faz o objeto”, conseqüentemente, excluindo qualquer empiria no estudo da língua como sistema. Nessa perspectiva, apresenta os conceitos de *langue* (língua) e de *parole* (fala), demarcando a primeira como ponto-chave do seu objeto de estudo e, conseqüentemente, como objeto palpável aos estudos linguísticos a partir daquele instante.

Entendemos quão relevante se faz não perder de vista o início dos estudos que visaram ao trabalho, de forma única e exclusiva, com a estrutura da língua, para que assim possamos empreender um olhar que considere essa língua não somente como um sistema, mas, principalmente, como um dispositivo linguístico-enunciativo de que os sujeitos falantes se servem para interagir; ao tempo em que se instalam em suas formações discursivas³. Nas discussões propostas por Saussure, os fatores externos não influenciavam a estrutura, ou seja, o sistema.

Assim, diante de uma gradação nos estudos linguísticos que começam a considerar a língua com vistas à sua funcionalidade, ou seja, como esse sistema se comporta em uso; em que os sujeitos são constituintes e constituídos com base em suas relações com o social – estabelecendo conflitos, posicionando-se *etc.* – é que surgem disciplinas/áreas de pesquisa, cuja centralidade se volta ao enunciado, ao contexto enunciativo, aos sujeitos envolvidos no

³ O termo *formação discursiva* é caro à AD, já que nele podemos perceber a presença de formações ideológicas diversas, como bem salienta Florêncio *et al* (2009, p. 73-77.): “[...] as formações discursivas são provenientes de uma formação ideológica que lhes dá suporte, como lugar de articulação entre língua e discurso. Cada formação ideológica traz em si, como um de seus elementos de composição, uma ou várias formações discursivas, como lugar em que as formações ideológicas realizam um trabalho de estabelecimento de sentidos – aceitáveis pela formação dominante, ou não”.

processo de interlocução. É, nesse cenário, em meados da década de 60, na França, que se instala a AD, por seus precursores Jean Dubois e Michel Pêcheux. O primeiro, linguista, lexicólogo; o segundo, filósofo envolvido com os debates em torno do marxismo, da psicanálise, da epistemologia.

Algumas categorias de discussão/análise da AD

Tomando como base a localização dos estudos da AD na grande área de conhecimento que é a Linguística, optamos por nos deter ao atendimento de nosso objetivo, com vistas ao objeto de análise, considerando algumas das categorias passíveis de análise, numa perspectiva pecheuxteana.

A AD estabelece uma intersecção entre o linguístico (a chamada materialidade linguística), o histórico-social e a psicanálise. O histórico-social é tratado pela AD, tomando como centro, as discussões oriundas do materialismo histórico, cujas ideias de Althusser – relacionadas à questão do edifício social⁴ – e das propostas de Marx, no que tange à luta de classes, são basilares. Na vertente da psicanálise, Lacan é evocado, já que considera o inconsciente⁵ como uma rede de significantes, em que o centro de sua discussão reside na presença do *outro* para constituição do discurso. Assim, “(...) a AD se configura como uma política de leitura, uma reflexão teórica na articulação entre o linguístico, o histórico e o social”. (FLORÊNCIO *et al*, 2009, p.73).

Pêcheux (1988, p.187), numa consideração às ideias marxistas, afirma que

[...] a objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do ‘todo complexo com dominante’ das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é senão a da contradição reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classes. (PÊCHEUX, 1988, p. 187)

Essa ideia de estrutura apoia-se nas ideias de Althusser, ao tratar que as relações se dão na consideração da metáfora do edifício social; em que existem a infraestrutura e a superestrutura. A primeira, sustentada pelas imposições oriundas do sistema, e, conseqüentemente, reproduzidas por todos aqueles que fazem parte dessa lógica; enquanto

⁴ Sobre edifício social, trataremos mais à frente, ainda neste tópico de discussão.

⁵ Há de se esclarecer que a ideia de inconsciente advém de Freud. Nesse sentido, entendemos que Lacan ampliou essa visão, considerando-a não tão somente como uma mera falta de controle sobre o que dizemos, mas, principalmente, pela presença de outros discursos, que nos servem como constituintes para elaboração de nosso dizer, em nossa rede de significantes. (Cf. MUSSALIM, 2011).

que a segunda se apoia na pseudo-ilusão de controle, já que, mesmo os que dominam também são dominados por outras forças, reproduzindo, de forma inconsciente, a lógica do modelo capitalista.

Nesse tocante, cabe resgatar o que trata o próprio Pêcheux (1988), ao salientar sobre a importância de se proceder com uma análise com vistas às condições de produção e às formações ideológicas explícitas ou silenciadas nesse processo.

As palavras, expressões proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas, (...) nas quais essas posições se inscrevem. (PECHÊUX, 1988, p.70)

Com efeito, no intuito de estabelecimento de um *gesto de interpretação*, no gênero *artigo de opinião*, à luz de uma teoria do discurso de linha francesa, nesse viés, elegemos as seguintes categorias de análise:

O **dito** – seria o que, de certa forma, está “explícito” no dizer, ou seja, como se dá a construção do discurso, no âmbito estrutural, genérico, linguístico *etc.* (Cf. PÊCHEUX, 1988).

O **não-dito** – somente poderá ser apreendido a partir das instâncias (dispositivos) inscritas no dito. Segundo Florêncio *et al* (2009, p.86), aqui, são considerados os processos metafóricos, metonímicos, os lapsos, os equívocos, sempre sendo constituição das chaves das explicações, mas sempre tendo como premissa:

(...) que a “indiferença” da língua em relação à luta de classes caracteriza a autonomia relativa do sistema linguístico e que, dissimetricamente, o fato de as classes não serem “indiferentes” à língua se traduz pelo fato de que todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes. (PÊCHEUX *apud* FLORÊNCIO *et al*, 2009, p.86).

O **silenciado** – só acontece a partir do não-dito, isto é, a partir da captação do interdiscurso⁶ que atravessa a materialidade discursiva, derivado das condensações e deslocamentos. (FLORÊNCIO *et al*, 2009, p.86).

⁶ Relação que se estabelece com o já-dito e o que se diz (...) entre sentidos anteriormente constituídos e uma formulação atual, é o que a AD vai denominar de Interdiscurso e Intradiscurso, respectivamente. (Cf. FLORÊNCIO *et al*, 2009, p. 76).

Em conformidade com o que já tratamos anteriormente neste texto, um dos conceitos importantes na consideração de qualquer análise em AD, independentemente das categorias selecionadas para os procedimentos de análise, é a apreensão quanto às *condições de produção*. Segundo Orlandi (1999), nesse contexto de discussão, o conceito de *condições de produção* é extremamente relevante à AD, visto que é por meio dessas *condições* que o discurso é caracterizado, é constituído e, como tal, torna-se objeto de análise.

O Ethos na projeção discursivo-argumentativa

A Nova Retórica adquire a sua revivescência a partir da década de 60 do século XX⁷. Com ela, estudos que contemplam a argumentação numa abordagem sociorretórica de análise de gêneros discursivos/textuais advieram. Na Nova Retórica, diante de inúmeras categorias passíveis de análise de discursos/textos⁸, é contemplada a perspectiva de se estabelecer uma análise a partir da tão difundida trilogia aristotélica, com menção ao *Ethos*, a imagem que se projeta sobre si para a aceitação do outro; ao *Pathos*, como a imagem que se faz do outro com vistas às suas emoções; e ao *logos*, como um dispositivo, que é acessado via língua(gem), para se fazer valer de estratégias retórico-argumentativas para convencer/persuadir⁹ o outro.

Para ampliação das categorias de que nos valem na AD, acrescentamos à nossa análise a noção de *Ethos*, advinda da Retórica Clássica, mas redimensionando-a a partir das discussões propostas pela Nova Retórica. A bem da verdade, ao tratarmos sobre o *Ethos*, entendemos que é condição tácita tratarmos sobre o *Pathos*, já que, à medida que se faz uma projeção de si para a aceitação do outro, está se pautando em uma análise sobre as emoções que melhor aflorarão nesse auditório com vistas à sua aceitação/ao seu envolvimento, no plano discursivo.

Para estreitarmos essa discussão do *Ethos* com estudos semelhantes, Lameiras (2008), em um estudo sobre *metáforas e metas languageiras*, considera a Metáfora como figura de estilo produtora de sentido, ao tempo em que a aproxima de uma perspectiva retórica (a Nova

⁷ Segundo a literatura da área, a exemplo de Perelman e Tyteca (2005) e Reboul (1998), a Retórica Clássica, de cunho aristotélico, perdeu o seu espaço em decorrência do Positivismo imperante, até meados do século XX. O seu *revival* se deu a partir da abertura às ciências humanas e sociais, dando espaço ao surgimento da Nova Retórica.

⁸ As terminologias *discurso* e *texto*, ao longo da discussão que tratará sobre gêneros discursivos/textuais, deverão ser compreendidas como sinônimas, tendo em vista que ampliamos a ideia bakhtiniana de gêneros do discurso à noção de gêneros textuais. Em suma, acreditamos, assim, que inexistente texto sem discurso e vice-versa.

⁹ Mesmo tendo em vista que alguns autores tratam sobre a diferença entre o convencer (plano da razão) e o persuadir (plano da emoção), a exemplo de Reboul (1998), optamos, neste trabalho, por não tratar esses termos de forma diferenciada, ou seja, os dois termos serão concebidos como sinônimos.

Retórica); porém, não como “mera” restrição ao uso da retórica como a arte de convencer e de persuadir, mas a partir dos efeitos que podem ser produzidos no auditório com base na projeção do *Pathos*¹⁰.

O gênero discursivo/textual *artigo de opinião*

O *artigo de opinião*, segundo Melo (2003), teve sua origem na esfera jornalística com o propósito de, por meio de um texto relativamente curto e de predominância expositivo-argumentativa, trazer um ponto de vista acerca de um tema polêmico; e que, nessa esfera, geralmente, é assinado por um especialista na área do debate. Atualmente, esse gênero tem se deslocado à esfera escolar, sendo um gênero bastante didatizável ao ensino da argumentação nas salas de aula de línguas. Há de se reconhecer, nesse sentido, que *os gestos de interpretação* podem também ser levados a efeito nos diversos contextos de ensino, sobretudo na consideração de que carecemos “enxergar” o que está por trás do dito.

Diante da abordagem bakhtiniana de *gêneros do discurso* (BAKHTIN, 2003), temos o gênero *artigo de opinião*, isento aqui de uma classificação fechada/taxionômica, como um dispositivo linguístico-retórico e discursivo passível de análise, tendo em vista o cumprimento do desiderato que circunscreve um gênero discursivo/textual, a exemplo de sua *Estrutura*, *Forma* e de seu *Estilo*; além de estar, conseqüentemente, em uma esfera de atividade humana, cuja convencionalização, naturalmente, se deu pelo social. Ademais, as *condições de produção* pertinentes a esse gênero, consideram, majoritariamente, a esfera de atividade humana em que foi produzido.

A escolha pelo artigo de opinião se dá por percebermos as possibilidades quanto às categorias de análise que até aqui viemos percorrendo. Há de se considerar que mesmo que na materialidade possamos perceber uma opinião, em sua maioria das vezes, de modo explícito; mesmo que essa estrutura do aparente se faça valer e que o auditório (*o Pathos*) o aceite ou o negue, existe uma rede de sentidos que pode ser estabelecida com base na opacidade inerente à língua(gem). Essa opacidade pode gerar os equívocos inerentes ao discurso; abrindo-se, com isso, os *pontos de deriva*, e, desse modo, os *gestos de interpretação*.

AD: prelúdios de uma análise

¹⁰ Reflexão de Lameiras (2008), a partir das suas interlocuções com Amossy (2000).

O artigo de opinião utilizado para o empreendimento de nossa análise intitula-se *Maioridade Penal: Contra ou a Favor?*¹¹ (Cf. Anexo). Esse texto foi colhido em uma mídia virtual de grande acesso entre os internautas, visto ser um dos *sites* de variedades mais acessado pela maioria dos usuários da *internet*. Nesse texto, do ponto de vista linguístico, podemos perceber com relação à convencionalização do gênero – neste caso, o *artigo de opinião* – critérios prototípicos que lhe conferem esse *status*, a exemplo do olho (*lide*), como uma espécie de introdução sobre o que irá ser abordado; da disposição paragrafada (sete parágrafos divididos, proporcionalmente); a assinatura e a especialidade do articulista, tendo em vista que a escrita desse gênero, na esfera jornalística, é caracterizada por um profissional da área ou alguém que confere respeito à exposição de uma opinião sobre um tema polêmico. Ademais, temos a presença de marcadores lógicos e discursivos – considerados marcadores interfrasais/interfrásticos, que, no plano linguístico-enunciativo, dão consistência à argumentação do ponto de vista da língua¹².

No plano retórico-discursivo, faremos uma análise sucinta sobre o *Ethos*, considerando ser um dos componentes relevantes à argumentação, no intuito de se promover a adesão pelo auditório (*Pathos*)¹³. Nesse tocante, reconhecemos um *Ethos* recorrentemente “preocupado” com a sua imagem perante o interlocutor, já que se faz valer, em seu discurso, de fatos difundidos amplamente na mídia social – televisiva e virtual – (a exemplo do caso do menino João Hélio), além de dados estatísticos oriundos de pesquisas sobre a opinião pública com o tema em debate; menção ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dentre outros.

Esses fatores apontam para uma das estratégias retórico-discursivas mais presentes nesse tipo de gênero que é a da refutação. Essa estratégia projeta o *Ethos* do articulista para uma melhor aceitação do auditório, já que ao tempo em que demonstra o seu ponto de vista não nega pontos divergentes ao seu, numa espécie de demonstração de conhecimento acerca da temática em debate, gerando intentos de adesão pelo *Pathos*.

Há de se considerar que o *Ethos* é alçado a uma categoria maior ou menor logo no rodapé dos textos dessa natureza, tendo em vista as informações que são dispostas nesse excerto que creditam ao articulista a opinião a ser exposta. Não obstante, o *Ethos* do

¹¹ Este exemplar integra a Seleta de Textos que utilizei para a coleta de dados em minha pesquisa de doutorado. Há de se esclarecer que na investigação da argumentação em processos de oralidade e de escrita, por meio de atividades de retextualização, os sujeitos da pesquisa tiveram acesso a uma antologia de artigos de opinião que tratou sobre o tema da *maioridade penal* para que assim pudessem utilizá-la como um dispositivo de leitura para constituição do *corpus*, via produções oral e escrita.

¹² Recomendamos sobre a Teoria da Argumentação na Língua (TAL) consultar a obra de Ducrot (1987).

¹³ A noção de auditório, no viés da Nova Retórica, pode dialogar, de forma harmoniosa, com o conceito de *auditório médio social* de Bakhtin/Volochínov (1981).

articulista, considerando a sua formação ideológica, para se empreender uma compreensão mais acurada no tocante ao seu *dizer*.

Para o estabelecimento de um prelúdio de análise com vistas à AD, recorrendo às categorias que elegemos para este trabalho, a reiterar o *dito*, o *não-dito* e o *silenciado*, elegemos um excerto do artigo de opinião que corresponde à nossa materialidade linguística de análise.

Figura 1 – Excerto do artigo de opinião

[...] Entrevistados, meninos moradores de favela que são contratados pelo tráfico têm sonhos: de dar uma casa para a mãe, de adquirir tênis e sapatos de marca, de poder levar uma vida com mais prazer e adquirir coisas que só o dinheiro permite comprar. Tudo isso os anima a entrar no tráfico. E como tráfico e crime andam de mãos dadas, muitas vezes vemos esses jovens assalariados do tráfico nas páginas dos jornais envolvidos com crimes hediondos. Diante dessa mistura de ambição de consumo, acesso a armas e ousadia (freqüentemente associada à idéia de que não há nada a perder), não é de surpreender que a figura do "adolescente em conflito com a lei", como é chamado oficialmente, provoque tanto pavor. Também é compreensível que esse sentimento seja comum entre docentes e trabalhadores do ensino, para quem a situação inspira impotência e fracasso, uma vez que a escola deveria ser um dos antídotos para a redução do crime e na verdade não tem demonstrado isto.[...]

As condições de produção do discurso desse artigo, neste contexto, materializado discursivamente pelo trecho em tela, levam-nos a compreender esse articulista como um sujeito que, mesmo reconhecendo a responsabilidade que é dada a um cidadão a partir do direito ao voto, tem uma formação discursiva religiosa, tendo em vista que o que prevalece em meio aos dados advindos das pesquisas de opinião pública, e aos fatos difundidos e repercutidos em mídia nacional e internacional (a exemplo do próprio caso João Hélio, dentre outros crimes hediondos), são sentimentos de resgate e de recuperação, muito presentes no Cristianismo. Ademais, como o texto circula de forma ampla nesse tipo de mídia, é preferível a aceitação de uma opinião que se volta à compaixão ao sentimento de condenação – principalmente em se tratando de questões que tratem menores infratores como delinquentes irrecuperáveis.

O que podemos perceber nesse discurso como um *não-dito* é a questão da tentativa de igualdade socioeconômica entre os menores entrevistados na favela e os jovens de classe média e média-alta. Essa projeção é motivada em prol da aquisição de bens, independentemente da procedência, já que é estimulada pela mídia impressa, televisiva e virtual constantemente. Tal atitude entre os jovens de comunidades socioeconomicamente

desfavorecidas configura uma forma de aceitação em uma sociedade cada vez mais capitalista, em que o sujeito é aceito a partir da autodeclaração (demonstração) de seus bens, que, nesse caso, é a partir de suas vestimentas.

Um dos *silenciamentos* presentes nessa materialidade é que nem todos os jovens que integram as favelas, especificamente no contexto brasileiro, estão envolvidos com o tráfico de drogas, tampouco com o crime; nessa linha de raciocínio, fatos recentes estão sendo divulgados a respeito da crescente proporção de jovens infratores que fazem parte das classes média, média-alta e alta. Ainda, os jovens que são reféns do tráfico não podem ser considerados como *assalariados do tráfico*, visto que a legitimidade de uma profissão, segundo a Constituição Federal de 1988 e as leis trabalhistas vigentes, é de não ferir a dignidade humana – nesse caso, a metáfora presente nesse excerto se comporta como uma visão distorcida sobre as relações de trabalho, mas que reforça o que tratamos sobre as questões de *edifício social*, oriundas de Althusser, bem como as questões de luta de classes, providas por Marx.

Por fim, há de se considerar, em nosso prelúdio de análise, que a escola como agência de letramento formal, capital cultural instituído, não deva ser alçada como única responsável pelo “antídoto” de combate ao crime. A escola, como outras instituições, a exemplo da família e da igreja, exerce função, a nosso ver, importante para a formação do sujeito na constituição de sua personalidade, mas não é exclusiva. As instituições, a bem da verdade, funcionam em razão de uma engrenagem que é ditada pelo sistema opressor capitalista e que rege as variadas instituições. Considerar a escola, e conseqüentemente os *trabalhadores do ensino*, como a provedora de tais mudanças é desconsiderar que essa instituição está inscrita no social e que, mesmo que em sua gênese estejam os princípios da igualdade, do respeito e até mesmo da justiça, ela reflete e refrata¹⁴ as forças que ali se convergem e se confrontam no cenário social.

Algumas considerações finais

A presente discussão nos proporciona um diálogo para além da AD enquanto arcabouço teórico-metodológico de análise que visa ao tratamento de enunciados (materialidades), por vezes, “óbvios”, ambíguos e até mesmo, em sua aparência, eminentemente polêmicos. Estabelecer um diálogo possível entre algumas das categorias da Nova Retórica e alguns dispositivos de análise da AD foi um dos propósitos desta discussão.

¹⁴ Cf. BAKHTIN (1981).

A escolha pelo artigo de opinião se deu pelo seu potencial linguístico-discursivo-interpretativo no sentido de que, por ser um texto de predominância argumentativa em primeira pessoa, pode-se apreender a posição do *Ethos* em relação ao *Pathos*; ao tempo em que, por *gestos de interpretação*, pode se perceber as formações discursivas presentes nessa materialidade.

Desse modo, acreditamos que o artigo de opinião, gênero oriundo da esfera jornalística, deva ser levado a efeito nas salas de aula de línguas a fim de se possibilitar aos sujeitos, nesse contexto de circulação de dizeres, elementos que transcendam a uma análise meramente linguística, calcada apenas na *estrutura do óbvio*. Esse compromisso de trabalho com a lectoescritura na escola, principalmente na educação básica, se dá na integração entre o linguístico-enunciativo, o retórico-argumentativo e o discursivo. É, nesse sentido, que temos insistido!

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochínov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1981.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas/SP: Pontes, 1987.
- FLORÊNCIO, Ana Maria Gama et al. *Análise do discurso: fundamentos & práticas*. Maceió/AL: EDUFAL, 2009.
- LAMEIRAS, Maria Stela Torres Barros. Metáforas e metas languageiras. In: *Entre contos de uma posse e o poder da palavra: “ligações perigosas” entre a mídia, a palavra e o poder político*. Maceió/AL: EDUFAL, 2008. p. 198-216.
- MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3ª ed. Campos do Jordão/SP: Mantiqueira, 2003. p. 100-129.
- MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina Bentes (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- NORMAND, Claudine. *Convite à linguística*. São Paulo: Contexto, 2012.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas/SP: UNICAMP, 1988.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova*

retórica. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005[1958].

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. Trad. BENEDETTI, Ivone Castilho. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

ORLANDI, Eni. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas/SP: Pontes, 1999.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

ABSTRACT

This paper aims to provide a raid, even briefly, in studies of Discourse Analysis, now AD, in a French line, from the studies proposed by Pêcheux. For the establishment of this discussion, based us in some authors that dialogue directly with this theoretical and analytical perspective of linguistic and discourse studies, like Orlandi (1999), Florêncio et al (2009), Mussalim (2011), among others. When dealing about Ethos as a category subject to analysis, arising from the New Rhetoric, and in this opinion pieces, we support you in Reboul (1998) and Perelman & Tyteca (2005), and authors who see the presence of Aristotelian trilogy (Ethos, Pathos and Logos) in various discursive formations texts, such as the analysis by Lameiras (2008). Nevertheless, for our act of interpretation, whose materiality is through a copy of the genre opinion article, we consider, as well as the theory of genres, by Bakhtin (2003). The opinion piece in this sense, is regarded as a linguistic-discursive materiality great enunciation content, since it conflicts settle for defending a point of view; beyond the Ethos projection.

Keywords: Rhetorical-discursive analysis. Ethos. Mother tongue teaching.

Envio: Abril/2014
Aprovado para publicação: Junho/2016

ANEXO

Artigo de Opinião: Maioridade Penal: Contra ou a Favor?Maria Clara Lucchetti Bingemer¹⁵

A morte brutal do menino João Hélio de sete anos, arrastado por vários quilômetros por bandidos entre os quais alguns menores de idade reacendeu um debate já em curso no Brasil: a questão da redução da maioridade penal.

Quando se fala em tomar medidas legais para combater a criminalidade, inevitavelmente vem à tona a discussão sobre a redução da maioridade penal — a idade em que, diante da lei, um jovem passa a responder inteiramente por seus atos, como os cidadãos adultos. Existem atualmente no Congresso Nacional mais de 54 projetos de lei com esse objetivo. O assunto voltou com força ao noticiário depois do assassinato de um casal de namorados em São Paulo, em novembro de 2003. O principal suspeito de ter arquitetado e cometido o crime, com métodos cruéis, é um rapaz de 16 anos. E no assassinato do menino João Hélio, acontecido no bojo de um assalto onde estavam sua mãe e sua irmã, colocou ainda mais lenha na fogueira.

Numa pesquisa do Instituto Sensus, de Minas Gerais, divulgada no fim de 2003, 88% dos entrevistados apoiaram uma reforma nas leis que reduza para 16 anos a responsabilidade criminal no país. O Site do Professor também realizou um levantamento informal sobre o assunto e 75% dos internautas que decidiram participar se manifestaram pela maioridade penal aos 16. Como se vê, a ideia conta com o apoio de uma expressiva maioria da população. Por que tanta gente está disposta a empunhar essa bandeira?

Efetivamente, os argumentos são fortes. Se alguém com 16 anos de idade pode votar, por que não poderia responder por crimes cometidos? Se pode tomar bebida alcoólica e dirigir carro, por que não pode ser preso? Os que defendem a redução da maioridade penal acreditam que os adolescentes infratores cometem crimes porque não são suficientemente punidos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é considerado tolerante demais com a delinquência e portanto inoperante para cumprir sua função de intimidar os jovens que pensam em transgredir a lei. Além disso, supõe-se que o número de crianças e adolescentes infratores esteja aumentando vertiginosamente, e que essa tendência só poderá ser revertida com a adoção de medidas repressivas.

É verdade que jovens cada vez mais novos são recrutados por criminosos adultos — sobretudo os chefes e subchefes do tráfico de drogas — para atuar em suas quadrilhas. São personagens que o livro *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, e depois o filme de Fernando Meirelles apresentaram ao mundo: "vapores" (que fazem ligação entre os traficantes e os usuários de drogas), "aviões" (que levam a droga para fora das favelas), "fogueteiros" (vigilantes que soltam rojões para anunciar a chegada da polícia ou do carregamento de droga) e "soldados" (seguranças de pontos de venda). Em parte é a relativa impunidade que leva o tráfico a procurar "empregados" nessa faixa etária, uma vez que o ECA prevê no máximo três anos de reclusão para menores infratores. Outros motivos que influem na preferência dos traficantes pela mão-de-obra infantil são uma suposta impulsividade característica da idade e o fascínio que a carreira criminosa exerce sobre os jovens. O tráfico seduz porque promete mais dinheiro, mais respeito e mais força dentro de comunidades em que o contexto familiar se tornou muito vulnerável. Um menino que vê o pai trabalhando duramente a vida inteira e ganhando salário mínimo já em sua velhice, como vai acreditar que isso vale a pena? Em lugar disso, ser avião ou

¹⁵ Maria Clara Lucchetti Bingemer, teóloga, professora e decana do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio, Diretora Geral de Conteúdo do *Amai-vos*. É também autora de "A Argila e o espírito - ensaios sobre ética, mística e poética", Ed. Garamond, entre outros livros.

vapor do tráfico não lhe garante vida longa, mas lhe dá a possibilidade de obter recursos que nunca obteria se não fosse por essa via.

Entrevistados, meninos moradores de favela que são contratados pelo tráfico têm sonhos: de dar uma casa para a mãe, de adquirir tênis e sapatos de marca, de poder levar uma vida com mais prazer e adquirir coisas que só o dinheiro permite comprar. Tudo isso os anima a entrar no tráfico. E como tráfico e crime andam de mãos dadas, muitas vezes vemos esses jovens assalariados do tráfico nas páginas dos jornais envolvidos com crimes hediondos. Diante dessa mistura de ambição de consumo, acesso a armas e ousadia (freqüentemente associada à idéia de que não há nada a perder), não é de surpreender que a figura do "adolescente em conflito com a lei", como é chamado oficialmente, provoque tanto pavor. Também é compreensível que esse sentimento seja comum entre docentes e trabalhadores do ensino, para quem a situação inspira impotência e fracasso, uma vez que a escola deveria ser um dos antídotos para a redução do crime e na verdade não tem demonstrado isto.

Mesmo assim, o quadro é menos sombrio do que se costuma crer: as estatísticas mostram que os homicídios cometidos por menores de 18 anos estão bem abaixo de 10% do total do país. E mais: a solução mais adequada seguramente não é essa: reduzir a maioridade penal. Corremos sério risco de, em fazendo isso, ver em breve os traficantes recrutando menores de idade cada vez mais baixa. E as novas gerações se prostituindo e sendo exterminadas de forma cada vez mais cruel.

Se nosso sistema carcerário fosse realmente recuperador e reintegrador do infrator na vida social, o problema seria diferente. Mas o que vemos são jovens entrando primários nos cárceres e reformatórios e dali a alguns anos com mais vários crimes nas costas. Reduzir a maioridade penal nessa situação é empurrar jovens já em frágil equilíbrio emocional e psíquico cada vez mais para o caminho sem volta do crime e da morte.

Retirado do site:

http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_noticia=8640&cod_canal=44 Acesso em 13. Jan.2014, às 22h35min.

VERBUM – CADERNOS DE PÓS-GRAD